

Comissão investiga transação do TRT-PB

A suspeita de que teria ocorrido superfaturamento na compra de imóvel pelo Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba (TRT-PB) é o tema do depoimento marcado para hoje na CPI do Judiciário.

PÁGINA 3



Plenário tomou conhecimento da liminar durante a sessão deliberativa de ontem e senadores se manifestaram em defesa das prerrogativas das CPIs

Plenário reage a liminar que restringe ação de CPI

Presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, sugere que líderes partidários indiquem representantes para uma comissão destinada a propor legislação específica sobre o funcionamento das comissões parlamentares de inquérito

BC diz que não é culpado pelo atraso de documentos

O diretor de Fiscalização do Banco Central, Luiz Carlos Alvarez, compareceu ontem à CPI do Sistema Financeiro para explicar a demora na entrega de documentos.

PÁGINA 3



Alvarez explicou à CPI as dificuldades do BC para levantar todas as informações

A concessão de liminar parcial em favor do ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes, impedindo que a CPI do Sistema Financeiro quebre seu sigilo bancário, fiscal e telefônico, provocou várias manifestações ontem no plenário. Treze senadores reagiram à decisão do ministro Sepúlveda Pertence, do Supremo Tribunal Federal, e defenderam as prerrogativas das comissões parlamentares de inquérito. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse que, se mantida, a liminar pode causar uma crise institucional, e sugeriu criar uma comissão para propor legislação específica sobre o funcionamento das CPIs.

PÁGINAS 4 E 5

Registro de jornalistas terá novas regras

O Senado rejeitou ontem emenda aprovada pela Câmara e manteve o projeto original do senador Carlos Bezerra sobre o exercício da profissão de jornalista.

PÁGINA 8

CCJ aprova acesso de cidadão a contas públicas

Todo cidadão terá direito de obter informações sobre atos de gestão financeira, orçamentária e patrimonial da União, estados e municípios. É o que prevê substitutivo do senador Iris Rezende a projeto do senador José Eduardo Dutra aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A matéria vai agora ao plenário.

PÁGINA 6

Senadores pedem combate à violência

Mauro Miranda e Maguito Vilela denunciaram ontem o crescimento da violência no país e pediram a mobilização da sociedade para mudar essa tendência.

PÁGINA 7

Ford na Bahia beneficia todo o Nordeste, diz ACM

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que a decisão da Ford de implantar uma nova fábrica na Bahia beneficiará toda a região:

– O Nordeste está jubiloso com a decisão da Ford de ir para a Bahia. Chegou a vez da região e começou pela Bahia, mas os outros estados também serão contemplados com projetos industriais – afirmou.

Segundo o senador, a decisão vem ao encontro da política do governo:

– O presidente da República está tentando descentralizar a concentração industrial do Sul e Sudeste, sem prejudicar essas regiões – informou.

Antonio Carlos acrescentou que a decisão significa “um prêmio” para a política de ordenação financeira adotada pelo estado:

– A Bahia vem se organizando, e há oito anos está toda certa financeiramente, com seus quadros administrativos, seu funcionalismo em dia, sem dificuldades financeiras. Foi por isso que foi escolhida para sediar esse pólo automotivo no Nordeste – disse.

Plenário aprecia acordo de países da CPLP contra drogas

Também estará em pauta entendimento sobre a regulamentação de serviços aéreos firmado entre o Brasil e a África do Sul em 1996

O plenário do Senado aprecia hoje dois projetos de decreto legislativo sobre acordos internacionais já referendados pela Câmara dos Deputados. Um deles, que recebeu parecer favorável do senador João Alberto Souza (PMDB-MA), aprova o texto do acor-

do de cooperação entre os governos integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para redução da demanda e combate ao tráfico de drogas entre esses países. O acordo foi assinado em Salvador, em 1997.

O outro projeto, com parecer favorável do senador Moreira Mendes (PFL-RO), refere-se ao texto do acordo sobre serviços aéreos entre o Brasil e a República da África do Sul. A assinatura deste compromisso foi feita em Pretória, em 1996.

Comandante da Amazônia visita Senado

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu na terça-feira em seu gabinete (foto) a visita do comandante militar da Amazônia, general Luiz Gonzaga Lessa.



Comissão de Orçamento aprova LDO para 2000

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização aprovou no início da noite de ontem o substitutivo do relator, senador Luiz Estevão (PMDB-DF), ao projeto que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei orçamentária para o exercício do ano 2000. A reunião, iniciada pela manhã, foi interrompida ao meio-dia para que deputados e senadores pudessem chegar a um acordo, e retomada por volta das 18 horas. Até o fechamento desta matéria, os parlamentares continuavam votando os destaques apresentados.

Entre as novidades propostas no substitutivo do relator está a criação de dis-

positivos voltados para o controle do custo das obras federais ou realizadas com recursos transferidos pela União. Com a medida, os gastos com a construção de prédios públicos, saneamento básico e pavimentação não poderão ser superiores ao valor do Custo Unitário Básico por metro quadrado, divulgado pelo Sindicato da Indústria da

Construção, acrescido de até 30% para cobrir custos como elaboração de projeto e elevadores, entre outros.

O substitutivo aprovado pela Comissão de Orçamento também estabelece

– Também nos preocupamos com a preservação dos gastos sociais e asseguramos para o ano 2000, em nosso substitutivo, uma proteção aos recursos da saúde, que não poderão ser inferiores aos que constam no Orçamento deste ano. Introduzimos determinação semelhante que protege os gastos do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente – informou Luiz Estevão.

No encaminhamento da votação do substitutivo, diversos deputados parabenizaram o relator pelo caráter democrático com que conduziu a elaboração do seu parecer, promovendo reuniões abertas não só aos integrantes da comissão, mas a todos os parlamentares, tanto os governistas como os da oposição. O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) também destacou o trabalho de Luiz Estevão, dizendo que ele “se esforçou para dar um cunho de prestígio ao Congresso”. O projeto da LDO será submetido ainda ao plenário do Congresso Nacional.



A votação da proposta pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização durou o dia todo

metas de superávit primário (receitas menos despesa, exclusive juros) em 2,7% do Produto Interno Bruto (PIB), sendo 2,6% dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, e 0,1% das empresas estatais federais. O relator Luiz Estevão explicou que os recursos obtidos com a economia serão utilizados para reduzir a dívida interna.

CI analisa segurança de combustíveis

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), presidida pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), analisa hoje, a partir das 9h, projeto de lei do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) que propõe tornar obrigatório o uso de dispositivo de segurança em tanques e recipientes de combustíveis líquidos e gasosos.

Serão apreciados ainda, em turno suplementar, dois projetos do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), incluindo no Plano Nacional de Viação duas rodovias de Roraima – a RR-480 e a RR-170.

Carlos Patrocínio é autor da proposta



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 17 DE JUNHO DE 1999

PLENÁRIO

10h - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PDL nº 25/99, aprova o texto do Acordo de Cooperação entre os governos integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para a Redução da Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas; e *PDL nº 30/99, aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre os seus Respetivos Territórios e Além, celebrado entre Brasil e África do Sul.

COMISSÕES

9h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: *PLS nº 197/99, altera a Lei nº 5.917/73 (BR-174 a Santa Maria do Boaçu); *PLS nº 193/99, altera a Lei nº 5.917/73 (KM 245 da BR-174 a BR-401); *PLS nº 329/99, altera dispositivo da Lei nº 9.478/97, que dispõe sobre a política energética nacional; e *PLS nº 123/99, que torna obrigatório o uso de dispositivo de segurança em tanques e recipientes de combustíveis líquidos e gasosos. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 13*

10h - CPI do Judiciário
Oitivas: Antônio Almirante F. Marra (TRT-PB)
Local: *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

Censura é tema de debate na TV

O programa *Debate* da TV Senado apresenta entrevista com o jornalista e escritor Inimá Simões sobre seu livro *Roteiro da Intolerância*, que trata da censura no cinema brasileiro. O trabalho do jornalista começou em Brasília, onde teve acesso aos arquivos da censura cinematográfica, pesquisando mais de seis mil processos envolvendo filmes nacionais e estrangeiros. A entrevista vai ao ar hoje, às 8h30 e às 20h30.

Inimá Simões apresenta no livro o teor dos pareceres dos censores e faz uma retrospectiva histórica da censura. “A censura não é uma exclusividade do regime militar brasileiro; vem desde o começo do século. Achei importante mostrar ao leitor que a censura está afeita a qualquer tipo de sociedade”, disse ele.

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) também participou do debate. Ele diz que vê a censura como uma atividade muito mais freqüente na sociedade do que se imagina. “O vizinho censura, o partido oponente censura, as patrulhas ideológicas censuram, os jornalistas censuram a ideia dos outros. O fenômeno da censura é muito incorporado ao ser humano”, afirma.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)

2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

BC justifica atraso na entrega de documentos

Diretor de Fiscalização do Banco Central comparece à CPI e atribui à falta de controle sobre as contas bancárias as dificuldades enfrentadas para remeter rapidamente as informações solicitadas pela comissão

“A culpa não é do Banco Central, que tem enviado à CPI todos os documentos que recebe dos bancos sobre quebra de sigilo”, afirmou ontem à CPI do Sistema Financeiro o diretor de Fiscalização do Banco Central (BC), Luiz Carlos Alvarez. Ele foi convocado para que justificasse aos senadores a demora na entrega de documentos solicitados pela CPI, o que vem atrasando as investigações da comissão de inquérito.

Antes de dar suas explicações à CPI,



Alvarez manteve reunião com os senadores, no gabinete do presidente da CPI, senador Bello Parga (PFL-MA). Participaram do encontro o relator, senador João Alberto (PMDB-MA), o vice-presidente, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), o líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado (CE), e outros membros da comissão.

Alvarez comprometeu-se a mandar à CPI, se preciso diariamente, todo extrato bancário que receber.

O problema maior é a falta de controle sobre contas bancárias no país, já que, para obter dados da quebra de sigilo junto à rede bancária, o BC emite comunicados genéricos a todas as instituições. Como o Banco Central não sabe qual banco dispõe das informações solicitadas, não tem condições de fazer cobranças.



Alvarez disse à CPI que, se for preciso, mandará diariamente cada extrato bancário que receber



Contestando o depoimento de Andrade Vieira, Michael Geoghegan afirmou que não houve favorecimento na absorção do Bamerindus pelo HSBC

Presidente do HSBC nega versão de Vieira para compra do Bamerindus

Para o banco inglês HSBC, que comprou o Bamerindus depois que a instituição sofreu intervenção do Banco Central, em março de 97, “a marca Bamerindus não tinha nenhum valor” e os ingleses só concordaram em pagar R\$ 381 milhões pelo nome “por exigência” do BC. Foi o que afirmou ontem à CPI do Sistema Financeiro o presidente do HSBC, Michael Francis Geoghegan.

Na semana passada, ao depor na CPI, o ex-dono do Bamerindus, José Eduardo Andrade Vieira, afirmou que o BC avaliou muito mal a marca do banco, lembrando que outras instituições vendidas dentro do Proer tiveram suas marcas negociadas por até R\$ 2 bilhões.

Michael Geoghegan contestou a afirmação de Andrade Vieira de que o HSBC recebeu a parte boa do Bamerindus “de graça”. Sustentou que o HSBC pagou os R\$ 381 milhões pela marca e já investiu quase R\$ 600 milhões no banco, no Brasil. Admitiu, no entanto, ter recebido do Banco Central (Proer) um empréstimo de R\$

376 milhões, para reestruturação das agências do antigo Bamerindus e aquisição de ações trabalhistas de funcionários demitidos. Das 1.200 agências, foram fechadas 200 e o banco se mantém presente atualmente em 629 municípios brasileiros, com 2,5 milhões de correntistas e empregando 21 mil pessoas.

Questionado pelo senador Jader Barbalho (PMDB-PA), autor do requerimento de criação da CPI, o presidente do HSBC disse que o grupo inglês só contabilizou como prejuízo 6% das ações que tinha do Bamerindus, antes da intervenção, porque a Moodys, de Nova Iorque, havia rebaixado o banco brasileiro em suas análises.

Em seu depoimento da semana passada, Andrade Vieira acusara o HSBC de ter colocado as ações como prejuízo para enfraquecer ainda mais o Bamerindus, reduzindo seu preço. Geoghegan garantiu ainda que não teve acesso a informações privilegiadas sobre o Bamerindus durante suas negociações com o Banco Central.

Bello Parga anuncia recurso ao STF

O presidente da CPI do Sistema Financeiro, senador Bello Parga (PFL-MA), afirmou ontem à imprensa que a comissão vai recorrer no próprio STF contra a liminar concedida pelo ministro Sepúlveda Pertence a Francisco Lopes, ex-presidente do BC. Lopes apresentou mandado de segurança contra a deci-

são da CPI de obter seus dados de sigilo fiscal, telefônico e bancário, além de indisponibilidade de bens.

Bello Parga disse que a CPI enviará com urgência todas as informações solicitadas por Sepúlveda Pertence para que o STF faça o julgamento de mérito da ação proposta por Lopes.

Jader pede esclarecimentos sobre venda de títulos

O senador Jader Barbalho (PMDB-PA), autor do requerimento de criação da CPI do Sistema Financeiro, afirmou em entrevista que pretende propor a convocação de funcionários do Banco Central que trabalharam na intervenção do Banco Bamerindus. Ele quer explicações sobre a compra feita em Londres, um dia após a intervenção, de aproximadamente R\$ 1 bilhão em títulos da dívida externa brasileira.

Tais títulos teriam sido usados como garantia ao HSBC para que ele assumisse no Brasil a parte boa do Bamerindus (a parte podre continuou sob intervenção e agora se encontra em liquidação extrajudicial). O ex-dono do Bamerindus, José Eduardo Andrade Vieira, afirmou à CPI, na semana passada, que essa compra foi altamente danosa aos interesses do Bamerindus.

Ao depor ontem na CPI, o presidente do HSBC, Michael Francis Geoghegan, disse apenas que ficou sabendo da operação, mas não conhecia seus detalhes. Vieira manifestou aos senadores a suspeita de que os títulos tivessem sido vendidos pelo próprio HSBC.

CASO ENCOL

A CPI do Sistema Financeiro suspenderá por uma semana os depoimentos sobre o Proer, voltando ao assunto no dia 28 próximo.

A partir de terça-feira, os senadores ouvirão depoimentos sobre a crise da construtora Encol e os prejuízos que ela provocou a cerca de 40 mil mutuários e ao Banco do Brasil.

Estão convocados, além de ex-diretores e altos funcionários do Banco do Brasil que trataram do caso Encol, o ex-dono da construtora, Pedro Paulo de Souza, que se encontrava foragido, mas se entregou à polícia ontem.

Senadores ouvem dono de imóvel vendido ao TRT-PB

A suspeita de superfaturamento na compra de imóvel pelo Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba (TRT-PB) é o tema do depoimento de hoje na CPI do Judiciário. Os senadores ouvirão Antonio Almério Ferreira Marra, que vendeu, por R\$ 710 mil, imóvel localizado na Praça da Independência, em João Pessoa, para abrigar uma das sedes do tribunal.

Conforme depoimentos já prestados à CPI, o valor de mercado do imóvel era R\$ 150 mil. O técnico judiciário do TRT/PB Antonio de Pádua decla-



rou que a escritura do imóvel registra o valor de R\$ 225 mil.

Antonio Almério teve seu sigilo bancário quebrado pela CPI. Após a análise dessas informa-

ções, a comissão aprovou outros dois requerimentos do relator, senador Paulo Souto (PFL-BA), para detectar, através da quebra de sigilo de duas contas em bancos de João Pessoa, o destinatário dos recursos que saíram das contas de Antonio Almério. O relator acredita que as somas tenham relação com a venda do terreno e, por isso, é preciso identificar os titulares das contas creditadas.

Para ACM, quem não coopera com investigação “sabota o povo”

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem que quem não colabora com a CPI do Judiciário “está sabotando o povo brasileiro”. Ele também criticou a substituição da figura do juiz classista pela do conciliador.

– Vou continuar lutando, nem que seja sozinho, porque essa é a vontade do povo brasileiro. Quem estiver querendo colocar apadrinhados, ou tirar classista para botar conciliador, o que é a mesma coisa, está fazendo brincadeira. E o povo brasileiro merece respeito – disse.

O senador garantiu que o PFL não pretende barrar a reforma do Judiciário:

– O PFL vai estudar com independência, mas buscando uma verdadeira reforma. Nós vamos acelerar, em vez de prejudicar retardando o que já devia ter sido feito antes – esclareceu.

Antonio Carlos deu exemplos da contribuição que a CPI dará à reforma, no campo das mudanças de legislação, além da colaboração que já está dan-

do ao apontar casos de corrupção:

– Há liminares que são concedidas e não se examina o mérito, e fica a liminar valendo como se fosse decisão judicial. Isso não pode. Há juízes que rejeitam a promoção uma, duas, três, quatro vezes, e ficam ali onde fizeram seu círculo de relações e de interesses. Não pode: se recusar pela segunda vez, vai ficar em disponibilidade, e para seu lugar vai quem estiver disposto a trabalhar fora do seu interesse pessoal – acrescentou.

O senador reiterou que o incidente com o presidente da Câmara, deputado Michel Temer, não deixa sequelas para o governo, porque não houve interrupção da convivência institucional:

– Estive ontem (terça-feira) com o senador Jader Barbalho. Fiz questão de ir ao gabinete dele para demonstrar que não houve nada de político nesse embate com o presidente da Câmara. Tudo se resumiu a uma discussão entre um senador e um deputado, e a instituição nada perde com isso. O senador entendeu. Ele sempre soube ser um bom companheiro e aliado – disse Antonio Carlos.

Senadores defendem prerrogativas das CPIs

O ministro Sepúlveda Pertence, do Supremo Tribunal Federal, concedeu ontem à tarde liminar parcial em favor de Francisco Lopes, impedindo que a CPI do Sistema Financeiro quebre o sigilo bancário, fiscal e telefônico do ex-presidente do Banco Central. A notícia foi transmitida ao plenário pelo senador Roberto Freire (PPS-PE) e provocou uma série de manifestações dos senadores em defesa das prerrogativas constitucionais das comissões de inquérito realizadas pelo Poder Legislativo.

Para o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, a liminar, “com a qual não podemos concordar”, invalida

decisão já tomada pela CPI do Sistema Financeiro. Ele considerou que a respeitabilidade do Legislativo, “que exige tratamento adequado até mesmo do Supremo”, foi atingida e sugeriu que os líderes partidários designem representantes para compor uma comissão destinada a elaborar legislação de urgência, regulamentando os procedimentos judiciais das CPIs. O presidente do Senado e vários senadores avaliaram que, como a liminar não julga o mérito da ação impetrada por Francisco Lopes, o plenário do STF deve julgar a matéria com urgência. A jurisprudência, segundo alguns senadores ressaltaram, garantiria as ações de quebra de sigilo tomadas pelas CPIs.

ROBERTO FREIRE



Decisão impede que comissões funcionem

O Supremo Tribunal Federal (STF) não está entendendo que o Poder Legislativo, por meio das CPIs, exerce poder judicante e, portanto, como os juízes, tem o poder de quebrar sigilos bancários, fiscais e telefônicos, afirmou o senador Roberto Freire (PPS-PE). Para ele, proibir que as CPIs utilizem esses instrumentos é impedir que elas funcionem e fazer com que o sigilo seja “usado para garantir a impunidade”.

Roberto Freire também considerou inaceitável o fato de que o ministro do STF teria, em seu despacho, feito uma repreensão aos trabalhos da CPI do Sistema Financeiro e a seus integrantes.

– O ministro precisa entender que ele não é bedel e que nós não somos alunos para sermos repreendidos – enfatizou.

ARTUR DA TÁVOLA



Solução é elaborar lei que dê suporte ao processo jurídico

As comissões parlamentares de inquérito, conforme o senador Artur da Távola (PSDB-RJ), não são amparadas por uma legislação específica que, à semelhança dos processos judiciais, dê foros de plena juridicidade a seus procedimentos.

O senador lembrou que, diferentemente das CPIs, o Poder Judiciário conta com regras e procedimentos próprios de processos judiciais civis e penais. Daí, a situação criada agora com a concessão da liminar favorável ao ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes. Távola sugere que o Legislativo tome a iniciativa de leis criando “um processo de natureza jurídica, com embasamento, para que os tribunais acatem as decisões das CPIs”.

RAMEZ TEBET



Quebra de sigilo baseou-se em fortes indícios

Confessando-se “perplexo” com a liminar de Sepúlveda Pertence, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), presidente da CPI do Poder Judiciário, disse que a CPI do Sistema Financeiro quebrou o sigilo do ex-presidente do Banco Central porque, dentro da casa dele, o Ministério Público e a Polícia Federal encontraram fortes indícios da existência de depósitos irregulares em bancos estrangeiros.

– Sinceramente, não vejo razão para que o ministro Sepúlveda Pertence conceda liminar sobre fato consumado – afirmou.

Tebet também filiou-se à compreensão, manifestada por outros senadores, de que “CPI sem poderes para quebra de sigilo não é CPI”.

JADER BARBALHO



Poder judicante não existe para enfeitar a Carta

Ao interpretar o despacho do ministro do STF, o líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), afirmou que Sepúlveda Pertence na verdade declarou que “não sabe qual o caminho da doutrina e da jurisprudência a ser seguido”, dado que o ministro registrou que não se compromete com os doutrinadores que recusam poder judicante às CPIs, nem com aqueles que reconhecem esse poder.

– Numa linha de prudência, portanto, o mais adequado é uma decisão de mérito imediata. A liminar manda para o arquivo as ações da CPI do Sistema Financeiro – avaliou.

Para o senador, o dispositivo que dá competência judicante às CPIs não existe “para enfeitar a Constituição”.

BERNARDO CABRAL



Liminar causa uma crise institucional

Como relator-geral da Assembléia Nacional Constituinte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) assegurou que a intenção do legislador constituinte, ao aprovar o parágrafo 3º do artigo 58 da Constituição de 1988, foi “a de dar às CPIs esse poder que elas vêm exercitando”. Na opinião de Cabral, uma CPI não teria competência para determinar a indisponibilidade dos bens de uma pessoa e, no caso da quebra de sigilo, os dados transferidos devem ser resguardados.

O teor da liminar, susando efeitos de ato da CPI do Sistema Financeiro e prescrevendo que ela se abstenha de determinar outras quebras de sigilo, configura, a seu ver, “inequivocamente, uma crise institucional”.

PEDRO SIMON

Exame de mérito deve ser feito imediatamente

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) estranhou a decisão do STF, mesmo que ela ainda dependa de julgamento do mérito da ação impetrada pelos advogados de Francisco Lopes. Num momento em que o Poder Legislativo discute o Poder Judiciário em CPI do Senado e em comissão especial da Câmara, “é a primeira vez que isso ocorre”.

Simon salientou que o Parlamento já teve uma CPI que resultou no *impeachment* de um presidente da República e outra que cassou vários mandatos parlamentares. A seu ver, a Constituição é clara ao determinar que



as CPIs, no exercício de suas funções investigativas, “tornam-se um órgão do Poder Judiciário”.

“Fulminar a CPI agora seria algo tre-

mendamente negativo para o Brasil”, afirmou Simon, em um segundo discurso sobre o assunto. O senador disse que a medida liminar que impede a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico de Francisco Lopes precisa ser examinada no mérito imediatamente.

Referindo-se ao ministro que concedeu a liminar, o senador afirmou que Sepúlveda Pertence é um dos mais honrados, competentes e brilhantes juristas que conhece. Também disse que o Supremo Tribunal Federal merece todo o respeito do país, devendo ser preservado em qualquer hipótese.

EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS

Sigilo dos dados foi preservado

Integrante da CPI do Sistema Financeiro, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) esclareceu ao plenário sobre o método de trabalho da comissão e, como um dos responsáveis pelo resguardo dos dados resultantes da quebra de sigilo de testemunhas, assegurou que nenhum documento foi vazado.

O senador deu o exemplo de notícias referentes a dados contidos em contas bancárias de Alexandre Pundek, do Banco Central, liberados pelo próprio BC, conforme os jornalistas que o procuraram para confirmação. Eduardo Siqueira Campos ressaltou que os se-



nadores Bello Parga (PFL-MA) e José Roberto Arruda (PSDB-DF), respectivamente presidente e vice-presidente da CPI, fixaram procedimentos para preservar os dados sigilosos.

MARINA SILVA



Situação é perigosa para a democracia

O direito individual à privacidade em matéria bancária, fiscal e telefônica não é absoluto, conforme a senadora Marina Silva (PT-AC), mas limitado constitucionalmente pela proteção ao direito e ao interesse públicos. "As CPIs, diante disso, têm competências que não podem ser aviltadas", disse.

Se havia temores de que a CPI do Sistema Financeiro terminasse em pizza, com a liminar ela certamente terminará, mas em pizza de jiló, pois "não há como digerir essa decisão", acrescentou a senadora.

Marina Silva considerou que a situação criada pelo STF, ao rejeitar prerrogativas do Congresso, "é perigosa para a democracia".

AMIR LANDO



Competências devem ser preservadas

Decisão judicial não se discute, como reza a prática democrática, mas a liminar concedida pelo STF limita, segundo o senador Amir Lando (PMDB-RO), "a ação do Poder Legislativo", além de colocar-se contra uma jurisprudência dos tribunais superiores.

– Com todo respeito a Sepúlveda Pertence, não podemos renunciar às competências do Congresso – disse.

Amir Lando leu o ponto de vista de Nelson Hungria, ex-ministro do STF, em que o jurista reconhece que as CPIs têm os mesmos poderes de um juiz de instrução criminal e, em relação à quebra de sigilo, afirma que "não é indevassável segredo algum, desde que, atrás dele, ou no seu bojo, haja um ilícito penal, ou civil, ou um ilícito administrativo".

EMILIA FERNANDES



Investigação está amparada na Constituição

A exemplo do que fez na CPI dos Precatórios, a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) assegurou que, como integrante da CPI objeto da liminar do STF e responsável pela análise dos dados resultantes da quebra de sigilo telefônico, tem cuidado zeloso das informações sob sua responsabilidade.

– Não prendemos, não condenamos, mas investigamos – disse, enfatizando que os trabalhos de investigação estão plenamente amparados pela Constituição.

Emilia Fernandes afirmou que respeita a decisão do STF, mas ressaltou ser impossível admitir que os senadores sejam repreendidos, "passando para a sociedade a ideia de que o Senado não chegará a nada com as CPIs".

JOSÉ FOGAÇA



Direito de quebra de sigilo é indiscutível

O senador José Fogaça (PMDB-RS) observou que a preocupação dominante entre os senadores que se manifestaram no plenário concentrou-se acertadamente na restrição ao poder de investigação das CPIs, mesmo porque "o direito de quebra de sigilo é constitucionalmente indiscutível".

Na opinião do senador, "a CPI já aprendeu uma lição, de que nas comissões de inquérito não há réus, há testemunhas".

Além disso, as CPIs têm poderes equivalentes aos de um juiz, "não maiores". O problema decorrente da quebra de sigilo estaria, a seu ver, na publicidade indevida de informações.

CASILDO MALDANER



Julgamento do mérito pode derrubar liminar

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) sugeriu que se solicite a suspensão da liminar concedida pelo ministro Sepúlveda Pertence sem prejuízo da análise do mérito pelo STF. Para o senador, seria temerário modificar a legislação a respeito de direitos e limites de investigação por parte das CPIs, pois a liminar pode ser derrubada após julgamento do mérito.

Casildo Maldaner disse que se, no entanto, a liminar for mantida, podem-se estudar modificações na Constituição. O senador teme que, em função dessa liminar, os trabalhos das CPIs do Sistema Financeiro e do Judiciário sejam paralisados e se crie um impasse institucional entre os poderes Legislativo e Judiciário.

Comissão deve estudar legislação específica para funcionamento de CPIs

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, sugeriu que os líderes de todos os partidos indiquem representantes para uma comissão destinada a criar legislação específica, aplicável ao funcionamento das comissões parlamentares de inquérito.

Ao referir-se à medida liminar concedida pelo ministro Sepúlveda Pertence para que Francisco Lopes não tenha seu sigilo bancário, fiscal e telefônico quebrado pela CPI do Sistema Financeiro, o presidente do Senado afirmou:

– Não desejamos criar o impasse, mas temos que encontrar a solução, imediata, para esse assunto, porque as CPIs vão continuar cumprindo com seus deveres.

DEVERES

Antonio Carlos Magalhães disse que a nação precisa saber que o Senado está cumprindo rigorosamente seus deveres, nas duas CPIs em funcionamento. "Não somos nós e sim o Judiciário que não quer deixar trabalhar não só a CPI da Justiça – que quer acabar com a corrupção, o nepotismo e promover um Judiciário mais ágil –, mas também a do Sistema Financeiro, que quer modernizar, adequar a legislação para que o próprio Banco Central possa cumprir melhor suas funções", afirmou ele.

Ressalvando que o Supremo Tribunal Federal merece acatamento e respeito, o senador disse que essa corte



Antonio Carlos garante que não deseja criar impasse, mas pede uma solução imediata

"não pode, de jeito nenhum, impedir o funcionamento de outro Poder".

Antonio Carlos expressou seu entendimento de que o ministro Sepúlveda Pertence não poderia resolver esse assunto em medida liminar. Argumentou que teria sido muito mais prudente para o ministro estudar o mérito para tomar depois a decisão que todos acatariam.

BENS

Conforme Antonio Carlos Magalhães, a indisponibilidade de bens pode até ser discutida e adiada, contanto que as pessoas sob investigação não se desfaçam desses bens. "Agora, proibir a quebra do sigilo bancário e telefônico é invalidar a ação da CPI do Sistema Financeiro, com o que não poderemos concordar", avisou ele.

O presidente do Senado entende que, nesse ponto, toda a Casa está unida. "Não é um problema de governo, de oposição e de partidos. É um problema de respeitabilidade da instituição", sustentou ele.

LEGISLAÇÃO

Depois de anunciar que levará a Sepúlveda Pertence essa opinião, Antonio Carlos Magalhães disse que o Senado tem outra providência a tomar – uma legislação que permita à instituição invalidar as leis que sufocam a ação do Congresso e de suas CPIs. "Considero isso indispensável", sustentou ele, certo de que essa é a posição de todos, independente de partido. Para ele, a respeitabilidade do Legislativo merece tratamento adequado, inclusive por parte do STF

Nunca o Supremo tratou desse assunto antes, afirma ACM

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, pediu ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) a revisão da liminar parcial concedida pelo ministro Sepúlveda Pertence, advertindo para o risco de uma crise institucional entre os Poderes, caso ela seja mantida. A liminar impede que a CPI do Sistema Financeiro quebre o sigilo bancário, fiscal e telefônico do ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes.

– Apelo ao Supremo Tribunal no sentido de rever ou estudar o mérito desse processo, e mudar a posição, até para evitar criar um conflito institucional. Nós não poderemos acatar aquilo que contraria a Constituição, e o guardião da Constituição deve ser o Supremo – afirmou.

O senador lembrou que a concessão da liminar contrasta com o comportamento que vinha sendo adotado pelo tribunal: – O Supremo não interferiu nunca nas CPIs. Os parlamentares iam buscar informações diretamente nos

bancos. Nunca o Supremo tratou desse assunto antes. Fica parecendo que é uma providência para que não se faça a reforma do Judiciário. É evidente que a corrupção não é de todos os juizes, mas é de muitos, e, até aqui, sem nenhuma providência do Supremo – disse. Para Antonio Carlos, o ministro Pertence deveria ter estudado o mérito da questão, "porque ele mesmo duvida da sua posição, por não concordar nem com doutrinadores nem com os parlamentares; ele não tem posição e suspende a atividade principal da comissão para obter provas".

– Não fosse a quebra do sigilo do juiz Nicolau, nós não saberíamos quanto ele teria roubado como roubo, prejudicando toda a sociedade contribuinte. A liminar concedida é extremamente infeliz, na medida em que visa paralisar as comissões parlamentares de inquérito que estão buscando a moralização do serviço público e de toda a sociedade – protestou.

CCJ garante a cidadão acesso a contas públicas

Substitutivo do senador Iris Rezende a projeto de José Eduardo Dutra, aprovado ontem pela comissão, prevê divulgação de informações a respeito da gestão financeira, orçamentária e patrimonial da União, dos estados e dos municípios

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem substitutivo do senador Iris Rezende (PMDB-GO) a projeto do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que garante a todo cidadão o direito de obter informações a respeito dos atos de gestão financeira, orçamentária e patrimonial da União, estados e municípios. A matéria agora vai ao plenário.

De acordo com o projeto de lei complementar aprovado pela comissão, qualquer cidadão terá acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), ao Sistema Integrado de Dados Orçamentários (Sidor), ao Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape), ao Sistema do Patrimônio Imobiliário da União (Spiu) e aos órgãos da administração direta,



A proposta aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania será agora apreciada pelo plenário do Senado

autarquias e fundações das três esferas de governo, excluídos, apenas, aqueles de caráter sigiloso.

O projeto prevê a instalação, pelos órgãos governamentais, de terminais junto a cada unidade de controle interno, a fim de que os cidadãos possam ter acesso às informações. Está previsto, também, o acesso ao Sistema de Administração Financeira para

Estados e Municípios (Siafem).

Para Iris Rezende, o projeto confere transparência aos negócios públicos e engaja a sociedade na fiscalização vigilante e rigorosa dos atos de gestão financeira, orçamentária e patrimonial do poder público.

Ao relatar a matéria, Iris Rezende argumentou que o projeto original de José Eduardo Dutra não poderia ser analisado pela comissão em caráter terminativo, como previsto, cabendo ao plenário do Senado a decisão final. O motivo é que, de acordo com a Constituição, cabe à lei complementar "estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta", como o ocorrido.

Rejeitado requerimento para ouvir diretor da PF

Por 11 votos a nove, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) rejeitou ontem requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), pedindo que fossem ouvidos pela comissão o diretor-geral da Polícia Federal (PF), João Batista Campelo, o ex-padre José Antônio Monteiro e o bispo de Viana (MA), dom Xavier Gilles Mauprou D'Ableiges, a fim de esclarecer as denúncias de que Monteiro teria sido submetido a tortura por Campelo, em 1970.

A decisão da comissão foi precedida de intensos debates

sobre a nomeação do novo diretor da PF, com críticas ao presidente Fernando Henrique Cardoso, ao ministro-chefe do Gabinete Militar, Alberto Cardoso, e ao ministro da Justiça, Renan Calheiros.

— O depoimento será uma oportu-

nidade para que o diretor da Polícia Federal esclareça esse episódio de modo definitivo — argumentou Suplicy, encaminhando o requerimento, assinado por 20 senadores.

Os senadores do PSDB Sérgio Machado (CE) e Lúcio Alcântara (CE) pediram o adiamento da votação do requerimento até a próxima semana. Eles argumentaram que o Senado deveria esperar, já que o presidente determinou a abertura de inquérito na Secretaria Nacional de Direitos Humanos para apurar o possível envolvimento de Campelo na tortura do então sacerdote. Machado apresentou requerimento nesse sentido, que acabou derrotado por 13 votos a oito.

O líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), ponderou que a audiência dos

envolvidos no episódio não teria qualquer consequência prática e objetiva e acrescentou que o Ministério da Justiça já cumpriu o seu papel ao pedir a abertura de sindicância. "Se ficar comprovado que houve mesmo tortura, o presidente deve demitir de imediato o diretor da PF", disse Jader, para quem a melhor atitude do Senado seria cobrar do ministro Calheiros o rápido andamento do inquérito. "Não se pode transformar denúncia em sentença. Não se pode tolerar a tortura, mas qualquer prejulgamento é antidemocrático", completou.

Ao discordar de Jader, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) citou a Constituição, que prevê que o Senado deve fiscalizar os atos do Executivo. "Ouvir os envolvidos não se trata de prejulgamento", disse.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que o secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, já anunciou, na China, que não tem condições de acompanhar as investigações.



Suplicy apresentou requerimento assinado por 20 senadores

Denúncia sobre tortura abre debate na comissão

A votação do requerimento do senador Eduardo Suplicy para que fossem convidados a comparecer à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o diretor-geral da Polícia Federal (PF), João Batista Campelo, e o ex-padre José Antônio Monteiro, a fim de esclarecer as denúncias de que teria sido submetido a tortura por Campelo, em 1970, gerou um debate entre os membros da CCJ, que analisaram a pertinência da indicação de Campelo para o cargo.

Apesar de não participar das votações, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que o equívoco do presidente da República ao indicar Campelo para o cargo poderia ter sido evitado se o ministro da Casa Militar tivesse alertado para o fato de que poderia haver algo que o desabonasse. "A hora de falar é agora. Isso não existe!", re-

clamou Simon.

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) criticou a indicação de Campelo. "Não se pode compactuar com os erros do governo, que levou quatro meses para uma simples nomeação e não há justificativa para ter escolhido como escolheu. O que sobra é indignação", declarou.

Ele desaprovou a atuação do ministro Renan Calheiros no episódio. "O ministro foi um péssimo assessor do presidente nesse caso. Se perdeu a autoridade de ministro e o direito a nomear, cabe a ele renunciar", sugeriu, diante da reação dos senadores do PMDB, partido de Calheiros.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) defendeu o ministro ao dizer que quem tem poder de nomear é o presidente da República. Para o senador Jader Barbalho (PMDB-PA), ao criticar o ministro,

Álvaro Dias, "na verdade, queria dar um puxão de orelhas no presidente".

Para o senador Roberto Freire (PPS-PE), "o que se observou foi uma sucessiva comédia de erros" e "flagrante desrespeito à lei" no episódio, que acabou trazendo intranquilidade ao país.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) reprovou a "conduta omissa" de Fernando Henrique no caso. "O governo não pode nomear um torturador para o cargo de xerife do Brasil", avaliou.

"Esse é um espetáculo de ópera-bufa com tenores, sopranos e contraltos desafinados, onde o maestro não consegue fazer com que entrem em sintonia." Essa foi a ilustração feita pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM) sobre o episódio. "A administração pública está de cabeça para baixo", disse.

Senadores são convidados a ouvir Campelo

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) informou ontem que o delegado João Batista Campelo, empossado diretor-geral da Polícia Federal, dispôs-se a esclarecer à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados as denúncias feitas contra ele. Em razão disso, o deputado Nilmário Miranda, presidente da comissão, resolveu convidar a Comis-

são de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado a participar dessa audiência.

Suplicy lembrou que, por maioria de votos, a CCJ resolveu não ouvir o padre José Antônio de Magalhães Monteiro, que se diz vítima de tortura num interrogatório conduzido pelo delegado. O senador disse que, na Câmara, esse padre fez um depoimento impressionante.

ONGs pedem na CAS fim de desvio de recursos para a área social

As organizações não-governamentais e os movimentos em favor dos direitos humanos entraram com uma representação no Ministério Público Federal, solicitando a abertura de inquérito público civil para exigir que os empréstimos tomados pela União junto ao Banco Mundial e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) sejam efetivamente utilizados em ações na área social, como está previsto nos contratos com as instituições, e não para pagamento dos juros da dívida, como vem sendo feito pelo governo.

A informação foi prestada por Aurélio Viana, representante da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, durante audiência pública realizada ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Ao responder a uma pergunta da senadora Marina Silva (PT-AC) sobre o assunto, Viana disse que os empréstimos do Banco Mundial e do BID totalizam US\$ 9 bilhões, dentro do pacote de ajuda financeira global concedida ao Brasil, de US\$ 41 bilhões.

Dos US\$ 9 bilhões financiados pelas duas instituições, observou, US\$ 3,6 bilhões deveriam ser aplicados na área social, e precisariam estar previstos no orçamento deste ano, mas o governo já vem utilizando parte desses recursos para o pagamento do serviço da dívida. Viana citou como exemplo o empréstimo do Banco Mundial, concedido em janeiro, no valor de US\$ 252,520 milhões, destinados a programas de proteção social (crianças e famílias pobres, saúde pública e desempregados), aprovado pelo Senado por meio de uma mensagem do Executivo que avisava sobre a utilização do empréstimo na amortização da dívida.

O presidente da CAS, senador Osmar Dias (PSDB-PR), afirmou que, na ocasião, como relator da matéria, deu parecer favorável mas fez a ressalva de que os recursos estavam sendo aprovados para um objetivo que não seria cumprido. Marina Silva lembrou que o Bloco Oposição votou contra a matéria.

O representante da Rede Brasil disse

aos senadores da CAS que as representações sociais da Argentina também entraram na Justiça contra o governo de Carlos Menem por idêntico motivo. O mesmo, acrescentou, está ocorrendo na Indonésia. Ele afirmou que é importante a atuação da CAS e do Senado para corrigir essa "distorção" e garantir que o próximo empréstimo junto ao BID, no valor de US\$ 2,2 bilhões, cumpra seu objetivo, que é a aplicação em 22 programas dos ministérios da Saúde, Educação, Trabalho e Previdência e Assistência Social.

O relator desse novo empréstimo é o senador Antero de Barros (PSDB-MT), que solicitou ao representante da Rede Brasil e ao representante da Associação Brasileira das ONGs, Paulo Rocha — outro que



Os senadores da CAS discutiram com representantes de ONGs a retenção de verbas para programas sociais

falou na audiência pública realizada pela comissão —, subsídios para acompanhar a documentação e ter acesso aos contratos feitos pelas duas instituições com o governo brasileiro.

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) abordou a falta de recursos para as comunidades indígenas em Roraima. O senador Tião Viana (PT-AC) lamentou que seu estado tenha um saneamento básico deficiente e pediu a descentralização dos recursos externos para estados e municípios. Marina Silva, por sua vez, disse que o governo precisa incrementar programas na área social.

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) também reclamou dos cortes na área social. Já a senadora Heloísa Helena (PT-AL), vice-presidente da CAS, protestou contra a ausência do ministro do Orçamento e Gestão, Pedro Parente, na audiência da CAS. Osmar Dias esclareceu então que o ministro teve de ir a uma reunião do Mercosul, no Paraguai, mas que virá à comissão em outra oportunidade.

Juvêncio critica aliança do PSDB com governo do MS

Ao registrar que o programa eleitoral de caráter regional veiculado pelo PT de Mato Grosso do Sul fez duras críticas administrativas e pessoais ao presidente Fernando Henrique Cardoso, o senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) manifestou ontem, em discurso, sua surpresa com o apoio político que o PSDB do estado vem dispensando ao governador José Orcirio Miranda dos Santos, conhecido como Zeca do PT.

– Esse casamento é incestuoso e revela que o governador está sem governabilidade, ao ceder à voracidade política de seus adversários mais ferrenhos, comprometendo o nosso futuro,



Juvêncio disse que o casamento entre os dois partidos é "incestuoso"

com expedientes sem grandeza, que nos tiram a esperança de viver em um estado modelo – comentou Juvêncio da Fonseca.

O senador pelo Mato Grosso do Sul disse que o programa do PT foi levado ao ar na mesma semana em que o governador recebeu a visita de três ministros, que foram ao estado inaugurar e lançar obras, entre elas a ativação de um porto fluvial na cidade natal de Zeca do PT, Porto Murtinho. Em aparte,

o senador Tião Viana (PT-AC) disse que as críticas veiculadas no programa do PT não refletem, necessariamente, o pensamento do governador Zeca do PT.

Moreira cobra uma política de turismo para a Amazônia



Moreira Mendes: turismo é alternativa para a Amazônia

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) trouxe a plenário, ontem, os resultados do Seminário de Turismo da Amazônia, realizado no último dia 11, em Manaus. De acordo com o senador, foi consenso no encontro a importância de se adequarem as linhas de crédito existentes às necessidades reais da atividade turística. Além disso, continuou o senador, é preciso estabelecer uma política regional voltada para o setor turístico, resguardadas as peculiaridades da Amazônia, e buscar uma integração de esforços entre os setores pú-

blico e privado, evitando-se a descontinuidade de ações.

– A finalidade do encontro foi demonstrar que a chamada "indústria sem chaminé" é a alternativa mais viável para o desenvolvimento sustentável daquela região – resumiu o senador.

A iniciativa de discutir o assunto, contou o senador, foi do jornalista Philippe Doau, presidente da Fundação Rede Amazônica de Televisão. Moreira Mendes fez elogios à idéia "de atrair para a região as atenções não só do Brasil, mas de todos os países que buscam no turismo ecológico um meio saudável de lazer".

– O seminário foi o pontapé inicial para o que se espera venha a ser um grande jogo, em que se disputa a atração de dividendos, abertura de mercados de trabalho e redirecionar a visão que hoje a Amazônia apresenta como um parque ecológico intocável – concluiu.

Mauro Miranda quer segurança como prioridade número um

Senador sugere que Comissão de Assuntos Sociais seja foro de debates entre autoridades e especialistas em busca de saídas para o problema

A sociedade de modo geral e particularmente o poder público têm "o dever de colocar a segurança pública como tema nº 1 numa agenda prioritária de preocupações para este final de século", afirmou ontem o senador Mauro Miranda (PMDB-GO). Para ele, já foram atingidos os limites máximos de tolerância frente ao crescendo da violência e da criminalidade. Segundo o senador, o projeto de lei do Executivo que proíbe a venda de armas de fogo e de munições é importante primeiro passo, que merece o apoio do Congresso, mas exige outras ações.

Mauro Miranda sugeriu que seu partido, o PMDB, assuma o combate à violência urbana como um dos seus principais compromissos com a sociedade. Ele também recomendou que o Senado, por meio da Comissão de Assuntos Sociais, seja o foro de debates entre autoridades, especialistas e estudiosos, "em busca de saídas que possam produzir novas leis ou iniciativas em parceria com o Executivo".

O senador afirmou que o problema da violência urbana é complexo e, no Brasil, já configura um clima de guerra civil, a exigir das autoridades o enfrentamento de suas causas. Entre as muitas razões que explicam o fato de, nos últimos 18 anos, o número de homicídios ter aumentado de 15 para 50 em cada grupo de 100 mil habitantes e haver cerca de 6 milhões de armas de fogo em poder da população civil, Mauro Miranda apontou o quadro de exclusão social e o gerenciamento inadequado do sistema carcerário. Os desequilíbrios regionais, por exacerbarem a urbanização e suas mazelas, a influência negativa de leis e códigos desatualizados, o despreparo e a corrupção policiais, a lentidão da Justiça e o tráfico e consumo de drogas também seriam fonte de violência, conforme disse o senador.



Mauro Miranda registrou o envio, ao deputado Paulo Lustosa, da Fundação Pedroso Horta, de inúmeras sugestões para tratar das questões de segurança pública. Entre elas, salientou a instituição de

Mauro Miranda apóia medidas do governo contra violência, mas cobra outras ações complementares

um concurso nacional para premiar os municípios que adotem os melhores programas de combate à violência e que cheguem aos melhores resultados.

Em aparte, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) atribuiu à "péssima distribuição de renda desse país" e à falta de programas sociais o aumento da violência, que chegou até mesmo às salas de aula das escolas. Maguito mencionou o fato de 50 mil crianças viverem de lixo, conforme dados divulgados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

Maguito questiona causas de aumento da violência

A falta de políticas sociais e de investimentos no campo está causando o aumento da violência no país? A indagação foi feita ontem pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO), que citou dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) indicando a existência no país de 50 mil crianças vivendo "única e exclusivamente do lixo".

O senador se disse preocupado com o recrudescimento da violência e, principalmente, com os recentes episódios de assassinatos praticados em instituições de ensino. Segundo ele, a situação chegou a tal ponto que já provoca acomodação da classe política e da própria sociedade brasileira diante do problema.

Maguito Vilela critica acomodação da sociedade

– O Brasil começou a aceitar a morte de crianças nas salas de aula e nas portas das escolas. Isso tem que ser motivo de muita preocupação. Precisamos discutir os motivos pelos quais estamos enfrentando tanta violência – enfatizou.



PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 – *Especial Unip* – Programa produzido pela Universidade Paulista. Assunto: Anticoncepção
6h55 – *Senado em Pauta*
7h – *Saúde Todo Dia* – O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Vôlei
7h30 – *Especial Unip* – Programa produzido pela Universidade Paulista. Assunto: Anticoncepção
7h55 – *Senado em Pauta*
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *Entrevista* – O senador Mozerildo Cavalcanti fala sobre o fortalecimento dos municípios
8h55 – *Senado em Pauta*
9h – *Debate* – O senador Artur da Távola e o jornalista Inimá Simões discutem a *censura no cinema*.
10h – *Sessão Plenária* (ao vivo). Logo após, assista a CPI do Judiciário
18h30 – *Entrevista* – O senador Mozerildo Cavalcanti fala sobre o fortalecimento dos municípios
19h – *Cores do Brasil* – Uma viagem pelo país mostrando seu potencial cultural. Em destaque, Espírito Santo
19h30 – *Debate* – O senador Artur da Távola e o jornalista Inimá Simões debatem sobre a *censura no cinema*
20h30 – *Entrevista* – O senador Mozerildo Cavalcanti fala sobre o fortalecimento dos municípios

21h – *Jornal do Senado*

21h15 – *Debate* – O senador Artur da Távola e o jornalista Inimá Simões debatem sobre a *censura no cinema*
21h55 – *Senado em Pauta*
22h – *Sessão Plenária* (reapresentação)
Obs.: Durante a programação serão transmitidos *flashes* de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala, Cidadão".

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – Agenda Senado
Em seguida – Música e informação
10h – *Sessão Plenária* (ao vivo)
Em seguida – Música e informação
14h30 – *Sessão Plenária* (reprise)
Em seguida – Música e informação
19h – "A Voz do Brasil"
Em seguida – Música e informação
20h30 – "Senado em Linha Direta – Edição Nordeste"
Em seguida – Música e informação
21h – "Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida – Música e informação
21h30 – "Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste"
Em seguida – Música e informação

Amorim pede ao presidente que restaure a autoridade do governo

"Presidente Fernando Henrique, preze o Brasil que repousa na sua autoridade; preze sua autoridade, sob a qual repousa o Brasil, e veja como é possível restaurar-se a autoridade de um governo." Citando o jurista e ex-senador Afonso Arinos, o senador Ernandes Amorim (PPB-RO) apelou ao presidente para que evite que o Brasil chegue ao "fundo do poço".

– O povo votou no presidente e não em quem financiou a campanha ou nos marqueteiros. O povo quer ver seu presidente; quer saber quem comanda o país – acrescentou.

Para Amorim, o Brasil vive em meio a uma série de crises, envolvendo desde a falta de "decoro da conversa do presidente, gravada em meio a denúncias de irregulari-

dades na privatização do setor de telecomunicações, ao vazamento de informações nas vésperas da desvalorização do real, que permitiu lucros fabulosos a bancos estrangeiros".

De acordo com o senador, a crise do momento é a disputa pelo comando da Polícia Federal, que se resume na luta pelo controle da escuta telefônica e pelo comando do controle do narcotráfico.

– Ter ou não ter uma fita gravada, controlar ou não os recursos do DEA (agência norte-americana de combate ao narcotráfico), mandar ou não em quem investiga ou prende narcotraficantes – afirmou.



Amorim diz que povo quer saber quem comanda o Brasil

O senador criticou também a proposta de proibir a venda de armas. "Estão tirando da população seu último bastião, já que não temos mais Forças Armadas, que agora serão destinadas a reprimir garimpeiros, madeireiros, e daqui a pouco sem-terra, e depois desempregados", lamentou.

Mudam normas para o registro de jornalistas

Vai à sanção presidencial projeto que garante à federação nacional da categoria autonomia para autorizar o exercício profissional

A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) terá autonomia para tratar de questões relativas à profissão até agora sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho, como a expedição de registro profissional.

O plenário do Senado manteve ontem o texto do projeto de lei do senador Carlos Bezerra que modifica a legislação sobre o exercício profissional do jornalista. Emenda que havia sido aprovada pela Câmara foi rejeitada pelos senadores. O projeto vai agora à sanção presidencial.

Com as novas atribuições, a Fenaj passa a emitir registro profissional inclusive para repórter fotográfico, repórter cinematográfico e diagramador, categorias em que passa a ser exigido curso superior para concessão de registro. Para a obtenção de registro na categoria de ilustrador não há necessidade de curso superior, sendo suficiente apenas o 2º grau



O projeto de Bezerra permite que jornalistas estrangeiros obtenham o registro profissional

completo, mas a Fenaj aplicará teste de capacitação técnica antes de emitir o registro.

Jornalista estrangeiro também poderá obter registro profissional, desde que cumpra as mesmas exigências

as dos brasileiros.

A guarda dos processos de registros já emitidos pelas Delegacias Regionais do Trabalho (DRT's) passa a ser responsabilidade dos sindicatos de jornalistas nos estados. Os novos registros terão sistema totalmente informatizado de emissão e arquivamento.

OUTRAS MATÉRIAS

Também foram aprovados pelo plenário os acordos internacionais de cooperação científica e tecnológica entre o Brasil, a Inglaterra e a Irlanda, e de cooperação judiciária e assistência mútua em matéria penal entre o Brasil e a Colômbia.

Os senadores aprovaram ainda requerimento de urgência para o Projeto de Resolução nº 6/99, que dispõe sobre refinanciamento de títulos públicos para pagamento de precatórios emitidos após 13 de dezembro de 1995.

Falta consciência no país em relação à questão da água, alerta Cabral

"Estamos ainda muito distantes, em nosso país, de uma autêntica consciência a respeito de questões ambientais relevantes, como a água", alertou ontem em discurso o senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

Ele disse que a opinião pública mal começou a despertar para essa preocupação, sendo necessário, a seu ver, que o Brasil tome medidas mais amplas e eficazes para garantir a preservação desse bem no futuro.

Referindo-se a previsões da Organização das Nações Unidas de que a disponibilidade de água potável vai se constituir em um dos mais graves problemas do próximo século, o senador afirmou que em cerca de 25 anos um terço da população mundial enfrentará graves problemas, caso não haja profundas mudanças nas políticas de utilização dos recursos hídricos.

Cabral também lembrou o alerta do vice-secretário da ONU, Hans Van Ginkel, de que as guerras civis internacionais por causa de água podem tornar-se comum no panorama mundial do século XXI.



Bernardo Cabral

Conforme ainda o senador, prevê-se aumento na quantidade de mortes por doenças decorrentes da má qualidade da água, que já são da ordem de 5,3 milhões a cada ano.

O senador citou ainda estudo da Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, segundo o qual mananciais responsáveis pelo abastecimento de 50% da água da capital encontram-se contaminados por depósitos de lixo irregulares, sobretudo em 11 municípios que se estendem ao longo da Rodovia Fernão Dias.

Bernardo Cabral informou que a sobreutilização das águas dos rios, com efeitos ecológicos danosos, vem se tornando cada vez mais comum no Brasil. Ele reconheceu que o poder público não está inerte diante da questão, mas conclamou os agricultores e as empresas em geral a encontrar formas de utilização da água mais econômicas e menos nocivas ao meio ambiente. Os senadores Djalma Bessa (PFL-BA) e Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) o apartearam para dizer que a preocupação do senador amazonense é mundial.

Mozarildo defende mais recursos para os municípios

Em entrevista à TV Senado, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) defende mudanças no Fundo de Participação dos Municípios, durante a discussão da reforma

tributária, para que haja uma distribuição mais equilibrada dos recursos entre os municípios brasileiros. A entrevista do senador vai ao ar hoje, às 8h30 e às 20h30. Para Mozarildo Cavalcanti, não se pode comparar um município do Sul ou do Sudeste com um da Amazônia. Ele também condena a divisão de recursos pelo número de habitantes, sem levar em conta as condições em que vivem. "Não podemos tratar igualmente os desiguais", afirma.

Mozarildo Cavalcanti lembrou que a Constituição de 1988 reforçou o papel dos municípios. "O cidadão mora no município e paga seus tributos no município, inclusive os tributos federais. Nada mais justo que também possa reclamar seus direitos sem intermediários", disse ele.

Nova Comissão de Orçamento ainda depende de instalação

Respondendo a pergunta da senadora Marina Silva (PT-AC), o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que, enquanto não for instalada nova comissão, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que vinha examinando o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), mantém seu mandato.

Ele leu trecho do Regimento Interno para sustentar que o mandato da comissão em funcionamento encerra-se com a instalação da comissão subsequente e não com a designação dos parlamentares que a integrarão. Ele explicou que, se os membros da nova comissão, que já estão indicados, tomarem a iniciativa de reunir-se e instalar seus trabalhos, desapa-



Marina Silva

rece imediatamente a comissão que vem examinando a LDO.

— É um apelo que faço a V. Exa: convoque os nossos colegas senadores e deputados, em meu nome — pediu o presidente do Senado à senadora.

Marina desejava saber por que, mesmo com os novos integrantes indicados, a comissão mista que

examina o projeto da LDO ainda conta com parlamentares que vieram da comissão passada. Conforme a senadora, os novos integrantes da comissão estão reivindicando, "com justa razão, que a comissão antiga não assuma suas prerrogativas, até porque regimentalmente ela não pode". Ela também argumentou que todos os prazos para o trabalho da comissão anterior já estão regimentalmente esgotados.

Líderes partidários são convocados para reunião

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, convocou as lideranças partidárias para reunião na próxima semana. Segundo o presidente, a reunião destina-se à busca de soluções para diversos problemas relacionados ao Regimento Interno da Casa. Dentre eles, Antonio Carlos destacou a necessidade de rever o conceito de "inadiável" das comunicações feitas pelos líderes durante as sessões plenárias. O presidente disse que o artifício regimental "muitas vezes" tem prejudicado pronunciamentos de senadores inscritos.

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) reclamou da coincidência de horários entre reuniões de comissões permanentes e a Ordem do Dia. Eduardo revelou ter perdido votações importantes em comissões por estar em plenário votando. "Hoje mesmo, agora, a Comissão Mista de Orçamento está votando a LDO enquanto estamos aqui em plena Ordem do Dia", observou. Antonio Carlos observou que o Regimento proíbe o funcionamento das comissões antes que termine o período da Ordem do Dia.

RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUARTA-FEIRA, 16 DE JUNHO DE 1999

- 1 Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1999 (nº 763/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, em Londres, em 3 de dezembro de 1997. Resultado: Aprovado. À promulgação.
- 2 Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1999 (nº 761/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o texto do Acordo de Cooperação Judiciária e Assistência Mútua em Matéria Penal, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, em Cartagena de Índias, em 7 de novembro de 1997. Resultado: Aprovado. À promulgação.
- 3 Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 307, de 1995, de autoria do senador Carlos Bezerra. Altera a redação do art. 4º do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista, e dá outras providências. Resultado: Rejeitada. À Comissão Diretora para a redação final.
- 4 Requerimento nº 330, de 1999, dos líderes Jader Barbalho, Edison Lobão, Hugo Napoleão e Sérgio Machado. Solicita, nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Resolução nº 6, de 1999, de autoria do senador José Agripino, que altera o art. 12 da Resolução do Senado Federal nº 78, de 1998, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências. Resultado: Aprovado. O PRS 6/99 constará da pauta da sessão deliberativa ordinária de terça-feira, dia 22.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa